

REORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO NA COLÓNIA DE MOÇAMBIQUE. Estudo do fenómeno urbano

Olga Iglésias¹

pp 299-333

Introdução

Projecto: Estruturas Urbanas da Expansão Portuguesa

O Projecto: “Estruturas Urbanas da Expansão Portuguesa – Elaboração de Uma Base de Dados”, foi chefiado pelo Arquitecto, Professor Doutor José Manuel Fernandes² e desenvolvido entre 1993 e 2004, tempo que permitiu pesquisar as cidades do ultramar português e identificar locais de povoamento criados pelos portugueses ao longo da colonização.

Neste grupo de investigação trabalharam arquitectos, geógrafos e historiadores, num ambiente multidisciplinar, do que resultou uma base de dados, com a sistematização de informação relevante, tendo cada um sido responsável por uma área específica, cabendo-me a área afro-oriental, onde se localiza a Colónia de Moçambique, pelo que irei apresentar neste Colóquio Internacional alguns dados da nossa pesquisa.

O estudo de núcleos urbanos partiu do conceito abrangente de uma estrutura onde se identifica a presença de duas ou de três funções urbanas significativas, isto é: Fortificação, Igreja e Câmara. Em cada núcleo urbano, registaram-se três grupos de indicadores classificativos, sendo o

¹ Professora Auxiliar Convidada da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias (ULHT).

² Tendo sido entregues os resultados à Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa em Julho de 2004, uma vez que a investigação foi apoiada por esta instituição, de 2002 a 2004.

primeiro a estrutura global, o segundo a história urbana e o terceiro, os elementos internos. Igualmente foi registada a bibliografia disponível e consultada, a cartografia e a iconografia relativa a cada núcleo. Por oposição ao núcleo urbano, fez-se o levantamento e estudo de vários lugares de povoamento de colonização portuguesa.

Uma base de dados

O resultado do Projecto foi, então, a elaboração de uma base de dados, o mais completa possível, que segundo o coordenador devia estar disponível na plataforma da *internet*, finalidade não conseguida por dificuldades da instituição que o acolheu mas que tem estado a dar os seus frutos com a edição de livros temáticos sobre as cidades, de que *Angola no século XIX. Cidades, Território e Arquitecturas*, por Aida Freudenthal, José Manuel Fernandes e Maria de Lurdes Janeiro, ilustrada com postais da colecção de João Loureiro é um belíssimo exemplar. Outros mais estão na forja...

A base de dados foi sendo construída por texto, cartografia e iconografia, preparada para estar disponível através das novas tecnologias de informação, como atrás mencionámos, de forma a ser consultada de uma forma acessível por investigadores interessados no estudo das características geográficas, históricas, urbanísticas e arquitectónicas dos núcleos urbanos da Expansão Portuguesa, desde a sua origem ao fim do império.

O início dos trabalhos aconteceu ainda no ano de 1993, com a aprovação do Projecto, do ponto de vista científico pela Comissão dos Descobrimientos Portugueses e foi parcialmente financiado pela Fundação Calouste Gulbenkian, a Fundação Oriente, a Junta Nacional de Investigação Científica e a Comissão dos Descobrimientos, tendo contado com o apoio logístico da Faculdade de Arquitectura de Lisboa, onde estão “arquivados” os resultados de uma longa pesquisa.

É de destacar a construção da base em si, a definição dos dados a registar, desde a geografia do lugar à evolução histórica do mesmo, assinalando-se a instalação do primeiro povoamento, a passagem a vila e a cidade, o processo urbanístico e a arquitectura construída. Consultando os Relatórios do progresso da investigação, pode-se constatar a

importância do trabalho de campo, sobretudo em Arquivos, Cartotecas e Fototecas nacionais, a recolha e captação de imagens em cidades e povoamentos previamente definidos e a realização de entrevistas a personalidades locais, o que permitiu seleccionar dados relevantes que, posteriormente foram analisados e digitalizados, de forma a organizar o processo de cada núcleo de povoamento e urbano, como se pode observar nas Fichas das cidades em anexo³.

Fontes

Definidos os lugares a investigar, quer os núcleos de povoamento quer os urbanos, passou-se à pesquisa bibliográfica, cartográfica e iconográfica, iniciada na Biblioteca Nacional, no Arquivo Histórico Ultramarino e na Sociedade de Geografia de Lisboa, com o apoio dos Dicionários Corográficos, dos Boletins Oficiais e Anuários da Colónia e, posteriormente Província de Moçambique⁴.

Decisivo foi o estudo da documentação do Fundo da Direcção dos Serviços Geográficos e Cadastrais no Arquivo Histórico de Moçambique, onde se encontrou uma obra em parte inédita intitulada: “Apontamentos para o Roteiro dos Monumentos Militares Portugueses”, de autoria de Mário José Ferreira Mendes⁵. Neste importante Arquivo Nacional foi possível seleccionar mapas e cartas da Colónia de Moçambique, bem como plantas dos núcleos urbanos, onde eram visíveis os diversos momentos da sua evolução.

Na Fototeca estão depositados Álbuns fotográficos preciosos, como os de Lazarus, os de Rufino e fotografias de colecções particulares que têm vindo a ser integradas no Arquivo. A Escola de Fotografia de Ricardo Rangel em Maputo, contém igualmente um acervo notável de imagem, que foi-nos posto à disposição, permitindo colmatar muitas lacunas, sobretudo no tratamento da vida quotidiana.

³ Ver as Fichas, bem como gravuras relativas a Lourenço Marques/Maputo, João Belo/Xai-Xai, Inhambane, Beira, Quelimane, Tete, Ilha de Moçambique, Porto Amélia/Pemba e Ibo.

⁴ Ver Bibliografia.

⁵ Esta obra dactilografada tem a data de 1947. Dizemos que tem uma parte inédita, pois das 230 pp., foi publicada apenas uma parte até à p. 126, na Revista *Monumenta*. Contém informação relevante sobre fortes em Manica, Mossuril, Ilha do Ibo, Inhambane, Lourenço Marques, Massangano, Milange, Tambara, Zumbo, Muchelia e Fernão Veloso.

A este nível, é de destacar em Lisboa, a colecção particular de João Loureiro, de milhares de fotografias e de postais ilustrados sobre lugares – cidades, vilas e aldeias a atestar o património português construído, a acção de missões religiosas, de administradores, etc., que gentilmente nos disponibilizou a sua consulta, revelando-se preciosa e frutífera.

Os detalhes da vida quotidiana foram sendo esclarecidos, através da memória de mais velhos que acederam a ser entrevistados, recordando espaços e tempos de outrora...

O espaço

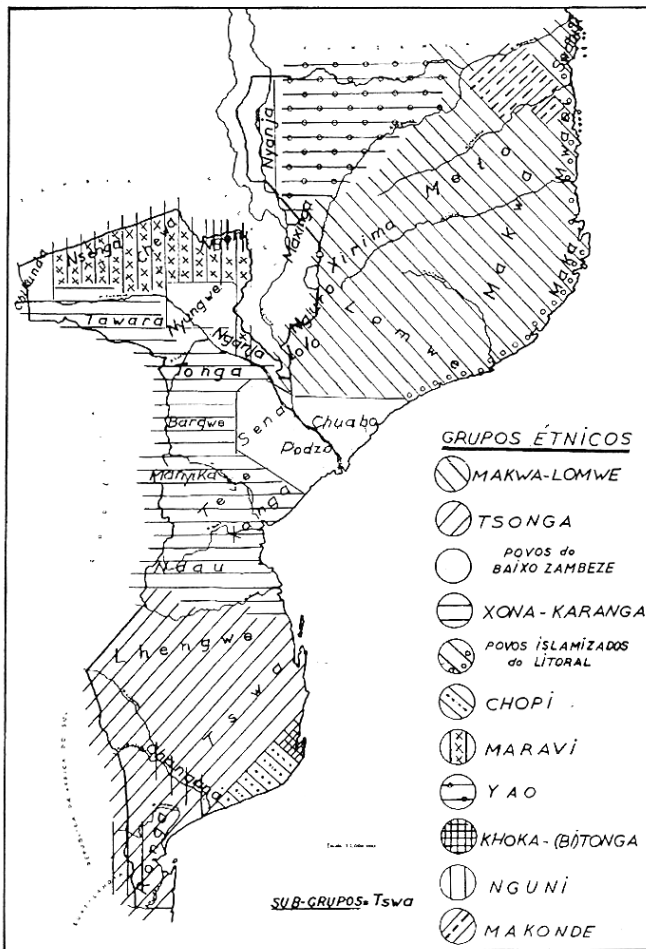
Rural

No Mapa de Moçambique⁶, encontramos a localização de diferentes Povos, diferentes formações sócio – linguísticas ou etnias⁷, existentes no território, sendo as mais importantes, de Norte para Sul: Makonde (Cabo Delgado), Makwa-Lomwe, (Nampula – Zambézia), Yao (Niassa), Nguni (Niassa e Tete), Maravi (Tete), Swahili ou Povos islamizados do litoral (Cabo Delgado e Nampula), Povos do Baixo Zambeze (Zambézia), Xona-Karanga (Sofala, Manica e Tete), Tsonga (Inhambane e Gaza), Khoka – (Bi)Tonga (Inhambane) e Chopi (Inhambane). Se quisermos exemplificar como se subdividem, no caso dos Tsonga, um Povo do Sul, temos os Lhengwe e Tswa (Inhambane), Changana (Gaza) e Ronga (Maputo). Os sub – grupos eram constituídos por famílias extensas ou alargadas, organizadas em clãs⁸.

⁶ Ver Anexo. Cf. IGLÉSIAS, Olga “Moçambique”, in SERRÃO, Joel e MARQUES, A. H. de Oliveira, *Nova História da Expansão Portuguesa*, vol. XI – *O Império Africano, 1890-1930*, Lisboa, Ed. Estampa, 2001, p. 485. Na documentação estudada da Direcção dos Negócios Indígenas, no AHM, apercebemo-nos de um movimento fronteiriço mais intenso, de povos com famílias de um lado e do outro da fronteira, quando as autoridades cobravam impostos ou redobravam a repressão.

⁷ De todos os conceitos utilizados pela Antropologia, Sociologia, História e Linguística, parece-nos ser o mais correcto o conceito de formação sócio – linguística, pois trata-se de uma formação social, com uma língua própria. Sobre a exploração do “factor étnico”, ver PÉLISSIER, René, *op. cit.*, pp. 247-257. Cf. AMIN, Samir, “État, Nation, Ethnie et Minorités dans la Crise. Quelques Aspects de la Critique de l’ Ideologie de la Nation et de l’ Ethnie”, in Colóquio Internacional: *A Formação da Nação nos “Cinco”: Angola, Cabo Verde, Guiné – Bissau, e S. Tomé e Príncipe*, Bissau, Ed. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas, 1986, pp. 36-47.

⁸ Sobre o conceito de clã, ver SERRA, Carlos (dir.), *História de Moçambique*, vol. I, Ma-



Moçambique – Grupos étnicos

Era assim, a Colónia de Moçambique constituída como já atrás mencionámos, por diversos povos e culturas, o que não nos permite uma abordagem generalista da chamada África das aldeias. Essa percepção

puto, Tempo/UEM, 1988, p. 144: “Grupo formado por uma ou por várias linhagens. Pode ser ou não localizado, exógamo ou não. Os membros de um clã são geralmente incapazes de estabelecer a sua ligação genealógica com o antepassado epónimo (i.e, aquele que deu o nome ao clã), o que distingue o clã de uma linhagem, a qual é um conjunto de parentes entre os quais se podem sempre traçar laços genealógicos.”

tiveram-na missionários como A. Henri Junod⁹, administradores como A. Rita – Ferreira¹⁰ e antropólogos como Jorge e Margot Dias¹¹, pois nos seus trabalhos trataram povos e culturas específicas, com um detalhe impressionante e rigoroso. Nesta linha se inscreve a pesquisa de José Fialho¹², em relação ao povo Tsonga e a de Paulo Granjo¹³ sobre um dos seus sub – grupos, os Ronga.

A sociedade tradicional, representada na memória dos mais velhos, situa-se no espaço rural, de uma vivência comunitária pautada por rituais próprios, desde o nascimento à morte, preparando colectivamente os seus membros para as diferentes fases da vida. Historicamente, a sociedade tradicional sofreu o impacto de várias expansões, desde a idade do Ferro, a Bantu; no século XII, a Árabe e no século XV, a Portuguesa, o que levou a várias rupturas importantes, no modo de produção, do habitat¹⁴, do pensamento e das crenças religiosas, sobretudo sob a influência do islamismo e do cristianismo.

A Expansão Portuguesa nas terras do Índico, iniciou-se com a viagem de Vasco da Gama à Índia em 1498, quando a armada lusa encontrou “terra de boa gente”, em Inhambane. A rota da Índia necessitou de pontos de paragem na costa para o abastecimento de víveres e de água, pelo que se deu a penetração portuguesa, primeiro no litoral e apenas no interior, seguindo o rio Zambeze, em busca do ouro do Monomotapa.

⁹ JUNOD, Henri Alexandre, *Uso e Costumes dos Bantos – A vida duma tribo do Sul de África*, Lisboa, Sociedade de Geografia de Lisboa, 1917. (Versão do Inglês por Carlos Bivar.)

¹⁰ RITA-FERREIRA, António, *Povos de Moçambique. História e Cultura*, Porto Afrontamento, 1975.

¹¹ DIAS, Jorge, e DIAS, Margot, *Os Macondes de Moçambique III – vida social e ritual*, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, 1970.

¹² FELICIANO, José Fialho, *Antropologia Económica dos Thonga do Sul de Moçambique*, Maputo, Arquivo Histórico de Moçambique, 1998.

¹³ GRANJO, Paulo, *Lobolo em Maputo. Um Velho Idioma para Novas Vivências Conjugais*, Porto, Campo das Letras, 2005.

¹⁴ BRUSCHI, Sandro, *Campo e Cidades da África Antiga*, Maputo, FAPF, CEDH, UEM, 2001, pp.147-148 e p. 150.

Urbano

Colónia portuguesa, desde o século XVI, só na última década do século XIX, mais precisamente no ano de 1891, é que se delimita tal como é hoje, na sequência de um tratado assinado entre Portugal e a Grã – Bretanha¹⁵. Como, aliás, sucedeu a todos os outros Estados africanos, as suas fronteiras resultaram da partilha definida pelas potências europeias coloniais e da capacidade ou não da administração portuguesa ocupar de facto e, explorar o território¹⁶.

Citando Lobato: “ (...) anteriormente ao liberalismo, não existia a unidade política – administrativa que se chama hoje Moçambique”¹⁷. A Constituição de 1822, bem como a Carta Constitucional de 1826, referem como parte integrante da nação portuguesa, na costa oriental de África, “Moçambique, Rio Sena, Sofala, Inhambane, Quelimane e as ilhas de Cabo Delgado”, mencionando a Constituição de 1838, para além destas regiões, a “ Baía de Lourenço Marques ”¹⁸. Recorda-se que o termo “Moçambique” referido, significava apenas a Ilha, no distrito do mesmo nome, a primeira capital da Colónia até 1898, data em que foi substituída por Lourenço Marques, no sul do território.

Fruto do impacto da colonização europeia, o fenómeno urbano que se consolidou ao longo do século XX é, segundo a tese de Fernandes e

¹⁵ As modernas fronteiras de Moçambique foram determinadas pelo Tratado com a Grã-Bretanha, celebrado a 11 de Junho 1891. Ver MARQUES, A. H. de Oliveira, *História de Portugal*, vol. III, Lisboa, Ed. Presença, 1998, p. 224-225; cfr. ALEXANDRE, Valentim (coord.), *O Império Africano.Séculos XIX e XX*, Lisboa, Ed. Colibri, 2000, pp. 19-20.

¹⁶ Referência à Conferência de Berlim (1884-1885). Ver ALEXANDRE, Valentim, *O Império Africano:1825-1890*, vol. X, coord. Valentim Alexandre e Jill Dias, “Nova História da Expansão Portuguesa”, dir. de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, Lisboa, Ed. Estampa, 1998, pp. 119-120; cfr. CLARENCE-SMITH, Gervase, *O Terceiro Império Português (1825-1975)*, Lisboa, Teorema, 1990, pp. 85-87.

¹⁷ Sobre o que era a Colónia de Moçambique no início do século XIX ver LOBATO, Alexandre, *Economia, Engenharia e História em Moçambique*, p. 14.

¹⁸ Cfr. MIRANDA, Jorge, *As Constituições Portuguesas*, pp. 24, 94 e 154.

Janeiro¹⁹, uma prova da “continuidade e prática do modelo urbano”²⁰, encetado no último quartel do século XIX.

Na análise dos dados registados nos núcleos urbanos, verificou-se a permanência de duas ou de três funções urbanas significativas, como atrás mencionámos: o Forte, a Igreja e a Câmara. Para cada núcleo urbano havia um plano urbanístico, com uma Rua Direita, à semelhança dos burgos portugueses, que ligava os poderes em presença. Vejamos então, em síntese uma breve caracterização da evolução da história urbana, destacando os seus principais momentos:

1. Lourenço Marques/Maputo

Actualmente, a capital da República de Moçambique e da Província de Maputo, é designada de Maputo no pós- independência, tendo sido chamada de 1544 a 1976 de Lourenço Marques. Localiza-se na costa Sul do território a 100 km da fronteira com a África do Sul. Conhecida a região pelos navegadores e comerciantes portugueses desde 1502, na demanda da Índia.

Nas suas fases de desenvolvimento, podemos destacar as seguintes épocas: 1781 – iniciou-se a construção da Fortaleza de Nossa Senhora da Conceição para defender a posição portuguesa face aos interesses de Ingleses e Holandeses. 1782: instalação do povoado, fundação de uma minúscula feitoria. Joaquim de Araújo fundou o presídio, edificou a povoação para o destacamento de 130 homens em terras cedidas pelo régulo da Matola. 1876 (09.12) – Passagem a vila²¹. A 1ª planta conhecida é desta data.

¹⁹ FERNANDES, José Manuel e JANEIRO, Maria de Lurdes, “Estruturas urbanas da Expansão Portuguesa em África, até ao Século XIX, uma síntese”, in *UR-Cadernos da Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa*, n.º 5, pp. 26-39. São igualmente importantes os estudos que analisaram o fenómeno urbano num tempo pré-colonial, tais como os coordenados por Catherine Coquery-Vidrovitch, *Processus d'Urbanisation en Afrique Noire*, Paris, L'Harmattan, 1988 e *Histoire des Villes d'Afrique Noire*, Paris, Albin Michel, 1993 e os organizados por Michel Cahen, *Bourgs et Villes en Afrique Lusophone*, Paris, L'Harmattan, 1989. Mais abrangente é o estudo do Professor italiano Sandro Bruschi, *Campo e Cidades da África Antiga*, Maputo, CEDH-UEM, 2001.

²⁰ *Idem*, p. 26.

²¹ Ver Decreto de 09.12.1876. In *Mapa das povoações criadas até 31.12.1959 e sua situação legal*, Lourenço Marques, Direcção dos Serviços de Agrimensura, Imprensa Nacional de Moçambique, 1960.

O pequeno aglomerado estava organizado em torno da Praça da Picota (Praça 7 de Março, actualmente 25 de Junho) Tinha um total de 1 417 pessoas. 1887 (10.11)– Passagem a Cidade²². O 1º plano de urbanização da cidade é de autoria do Engenheiro militar Joaquim José Machado. A cidade tinha como base económica o porto e os caminhos de ferro. 1907 (23.05)– Passagem à categoria de capital²³ da Colónia, substituindo a Ilha de Moçambique.

Edificada a partir do Presídio litoral (1867-68), com um plano reticulado de Joaquim José Machado (1887), de grande rigor e arejada escala, a cidade desenvolveu-se para o Alto-Maé até 1895 e depois para Maxaquene e Polana até 1925. Durante este período e até décadas depois, a cidade manteve-se fiel ao traçado inicial, ganhando nos anos 60 um novo bairro a nordeste, “Sommerchild” e uma via circular a norte. A cidade baixa, desenvolvida a partir da Praça 7 de Março/25 de Junho, onde se encontra o forte, rasgou os muros do Presídio, ligando-se através da Av. da República/25 de Setembro com as novas vias do plano de 1887. Neste, os eixos principais constituem as Av. 24 de Julho e Pinheiro Chagas/Eduardo Mondlane (ligando de Este a Oeste, os bairros de Alto Maé, Maxaquene e Polana) enquanto no sentido Sul-Norte, as vias principais são as Av. Manuel de Arriaga/Karl Marx e Augusto Castilho/Lenine, para além da via mais cosmopolita, a Av. Aguiar/D.Luís/Samora Machel, ligando a baixa à alta. Na frente para o Oceano Índico, a Av. António Enes/Júlio Nyere prolonga-se para os novos bairros²⁴.

²² *Idem*. Ver Decreto de 10.11.1887.

²³ O aparelho administrativo – militar, montado nesta cidade, destinado a controlar a “pacificação” do Sul, terá tido peso na decisão do Governador- Geral, expressa na circular de 22 de Novembro de 1898 de transferir a sede do Governo e Secretaria – Geral para Lourenço Marques, a partir de 1 de Dezembro desse ano. Todavia, a mudança da capital só se efectiva em 1907, através da “Reorganização Administrativa da Província de Moçambique”, reforma decretada a 23 de Maio de 1907.

²⁴ Ver auto de demarcação definitiva do concelho de Lourenço Marques, in *Boletim Oficial*, n.º 36, 3ª série, de 04.09.1940. In *Mapa das povoações criadas até 31.12.1959 e sua situação legal*, Lourenço Marques, Direcção dos Serviços de Agrimensura, Imprensa Nacional de Moçambique, 1960. Consultar LOBATO, Alexandre, *Xilunguine*, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1970. Ver MENDES, Maria Clara, *Maputo Antes da Independência. Geografia de uma Cidade Colonial*, Lisboa, Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, 1979.

2. João Belo/Xai-Xai

Localiza-se na margem esquerda do rio Limpopo, a 50 km de Inhambane. A instalação do povoado é de 11.12.1897. Desenvolveu-se com a ligação em via férrea reduzida com a Rodésia em 1909-1912. Elevada a vila a 27.10.1911. Foi Capital do Distrito de Gaza. Em 1922 passou a denominar-se Vila Nova de Gaza. Em 1928 foi designada Vila de João Belo. Em 1950 tinha 49.000 habitantes. Elevada a cidade a 07.10.1961.

3. Inhambane

Situação actual: Capital da Província de Inhambane. Localização: Porto situado na extremidade de uma península, no local onde floresceu uma antiga colónia árabe, cerca de 450 km a nordeste da fronteira com a África do Sul. Instalação do povoado: 1727-30

Elevação a vila: 1761-64²⁵. A cidade foi reconhecida como portuguesa em 1763. A população cristã no final do século XVIII era de 200 pessoas. Em 1858 teria 4.000 habitantes, 75% dos quais eram escravos. Em 1928 era já o 3º centro urbano de Moçambique²⁶. A descrição mais antiga da povoação portuguesa data de 1781, e nota a existência de uma paliçada dentro da qual sobressaiam a igreja, as moradias do capitão e do padre e uma pequena horta²⁷. Pertence ao período pombalino a instalação do Forte de S. João Baptista e ao período mariano/liberal o desenvolvimento da Praça de Nossa Senhora da Conceição.

4. Beira

Situação actual: Capital da Província de Sofala. Localização: Porto de águas profundas a cerca de 190 km a sudoeste da foz do rio Zambeze. Fundado em 1891 no local de uma antiga colónia árabe, desenvolveu-se como ponto de escoamento dos países do interior sem acesso ao mar, com ligação ferroviária ao Zimbabué e ao Malawi. O centro urbano foi implantado em 1887,

²⁵ Ver Carta Régia de 09.05.1761. In *Mapa das povoações criadas até 31.12.1959 e sua situação legal*, Lourenço Marques, Direcção dos Serviços de Agrimensura, Imprensa Nacional de Moçambique, 1960.

²⁶ Ver BRIGSS, Philip, *Guide to Mozambique*, London, 1997.

²⁷ Ver TELXEIRA, Cândido, "A Fundação de Inhambane e a sua Estrutura Administrativa e Governamental nos meados do Século XVIII", in *Arquivo*, n.º 8, Maputo, 1990, p. 18.

para escoamento da produção da Rodésia por via ferroviária e marítima. A conclusão da ligação por caminho de ferro com a Rodésia foi em 1898, tendo a construção do porto sido iniciada em 1891.²⁸ Em 1907 recebeu a sua designação em homenagem ao Príncipe da Beira, herdeiro da Coroa Portuguesa.²⁹ Nos anos de 1900, a Beira era uma cidade com arquitectura de pavilhões de ferro pré-fabricados e sede da poderosa Companhia de Moçambique. A cidade rapidamente se tornou na segunda de Moçambique, com 20.000 habitantes em 1928, 45.000 em 1960 e 89.000 em 1970. A cidade é constituída por um conjunto de malhas reticuladas, sendo a inicial a do extremo sudoeste e as mais recentes a norte (área da estação dos caminhos de ferro) e a nascente. Em 1929 houve um plano pelo Arq. Rebelo de Andrade, não realizado, e cerca de 1950, outro plano pelo Arq. José Porto que foi seguido. Nos anos de 1940-50, transformou-se numa cidade de arquitectura moderna de betão armado, com importantes obras de autor.

5. Ilha de Moçambique

Localização: Antigo porto árabe a cerca de 580 km a sul da fronteira com a Tanzânia, situado numa pequena ilha de coral. Ali aportou Vasco da Gama em 1498. Em 1502, os Portugueses instalaram-se e Afonso de Albuquerque mandou construir a primeira fortaleza. A esta sucedeu a de S. Sebastião, levantada por ordem de D. João de Castro em 1542. Elevada a vila em 1761.³⁰ Elevada a cidade em 1818.³¹ Foi a capital da Colónia até 1907. A Povoação – Ilha segue o modelo aplicado em todo o Índico de criação de núcleos urbanos fortificados em ilhas costeiras ou baías continentais. A estrutura urbana desenvolve-se desde o forte de S. Sebastião a nordeste, pela rua direita até à praça – cais com a Alfândega, as Igrejas e o Palácio do Governo. Prosseguindo pela rua direita para sudoeste, encontram-se outras

²⁸ Ver BRIGSS, Philip, *Guide to Mozambique*, London, 1997.

²⁹ Decreto de 29.06.1907.

³⁰ Ver Carta Régia de 09.05.1761, in *Mapa das povoações criadas até 31.12.1959 e sua situação legal*, Lourenço Marques, Direcção dos Serviços de Agrimensura, Imprensa Nacional de Moçambique, 1960.

³¹ *Idem*. Ver Carta Régia de 17.09.1818.

igrejas e o largo da Câmara Municipal, ao mesmo tempo que, o tecido urbano dá lugar à cidade indiana e depois, no extremo sudoeste, à povoação indígena.

6. Quelimane

Situação actual: Capital da Província da Zambézia. Localização: Porto marítimo junto da foz do rio Quelimane, a cerca de 300 km a nordeste da Beira. Conhecido como porto de escravos nos séculos XVIII e XIX. Com origem seiscentista (1544), Quelimane desenvolveu-se na fase Pombalina. Elevada a vila em 1763. David Livingstone foi seu cônsul britânico honorário, em 1858. Com foral aprovado por decreto de 21.12.1908. Era a segunda cidade do território em 1950, com 64.000 habitantes.

7. Tete

Situação actual: Capital da Província de Tete. Localização: situada nas margens do rio Zambeze. Instalado o povoado no ano de 1532. A 1^a. instalação correspondeu ao forte de S. Tiago Maior. Ponto fulcral na penetração portuguesa para o vale do Zambeze. Constitui-se como centro administrativo e defensivo, confirmado por Carta Régia pombalina. É assim, elevada a vila a 09.05.1761. Um novo forte de S. Pedro de Alcântara ou do Carrazedo foi executado no século XIX.

8. Porto Amélia/Pemba

Localizada na Baía de Pemba. É capital hoje da Província de Cabo Delgado.

Conquistada em 1857, na tentativa de ocupação para defesa, no quadro da Colónia “8 de Dezembro” de Cabo Delgado. O reduto foi edificado em 1863 e abandonado em 1865.

Elevada a vila por decreto de 30.12.1899. A instalação do povoado é do ano de 1904, devido à sua refundação pela Companhia do Niassa. Foi sede da Companhia de 1904 a 1929. Elevada a cidade a 11.01.1930, quando o governo central decidiu retomar a administração directa da região, efectivada em 1934.

9. Ibo

Localização: Situada a cerca de 5 milhas do continente, sendo a mais importante das ilhas do arquipélago das Quirimbas. Foi elevada à categoria de vila em 1763, tendo importantes edifícios públicos, como a fortaleza de S. João Baptista, a alfândega,

um forte e uma igreja em honra de Sto. António, escolas e município. Foi sede da Companhia de Niassa em 1897 até à sua transferência para Porto Amélia em 1902.

Conclusões

Defendemos a tese de que a colónia de Moçambique, desde o século XIX e ao longo do século XX, se caracterizou por ter uma sociedade complexa, com vários povos e culturas em presença. Sistematizando-a, Ribeiro observou que são várias as “realidades que compõem a sociedade moçambicana (regionais, étnicas, religiosas, entre rurais e urbanos, de classe ou outras)”³².

Por outro lado, uma das características que desde muito cedo se evidenciou foi o cosmopolitismo da capital, Lourenço Marques e das cidades costeiras, Inhambane, Beira, Quelimane, Ilha de Moçambique, Pemba e Ibo pela presença de estrangeiros, traço que persiste até aos nossos dias. Minorias em terras estranhas, unidas pela aventura, o comércio, a navegação e o lucro.

Como traço de raiz, foi surgindo um fosso entre as elites e a maioria da população, que teimou em crescer desmesuradamente, vincando a hierarquização e a branquização do modo colonial. Para um segundo plano, nas primeiras décadas do século XX, passaram os filhos-da-terra, intermediários entre os dois mundos – o europeu e o africano, no dizer de José Craveirinha, grande poeta moçambicano que viveu essa realidade e a imortalizou numa escrita de revolta, nacionalista e identitária de moçambicanidade.

Nas dinâmicas sociais, dialecticamente identificámos como factores e fenómenos de união e de fragmentação:

- a língua portuguesa, idioma do discurso oficial, da administração e das relações sociais a nível da elite, minoritariamente falada num território com várias formações sócio – linguísticas em presença;

³² Ver RIBEIRO, 2000, p.165.

- a religião católica, entre muitos credos, desde o animismo ao sincretismo religioso, o islamismo e o protestantismo, a crença oficial, praticada por uma minoria branca e mulata;
- e o Estado colonial, com o seu regime autoritário, violento e repressivo, impondo a “lei e a ordem” a um conjunto populacional, em que a maioria não era considerada como cidadã.

Importa destacar as semelhanças da sociedade colonial com as de uma sociedade de *Antigo Regime*. E porquê? Por ser uma sociedade estamental, em que a posição do indivíduo se definia pela sua situação jurídica e pela posse de determinados privilégios³³. Veja-se a condição de colonos, assimilados e indígenas, os três estados, as três ordens ou braços. Mas esta sociedade estamental é justaposta com uma sociedade burguesa, por um lado, uma sociedade de classes e, por outro cruza-se com uma sociedade tradicional africana, comunitária e antiga.

Além das manifestações de ordem mágico – religiosa, destaca-se o fenómeno de resistência cultural que se verificou no tempo colonial, quer a nível rural como urbano, através da manutenção da tradição viva, da tradição oral, passando de geração para geração, a história de antepassados comuns, de acontecimentos relevantes para a vida da comunidade.³⁴

Nos subúrbios das grandes cidades, sobretudo em Lourenço Marques e Beira, ainda hoje podemos observar como se fixaram as famílias, segundo as suas formações sócio – linguísticas, mantendo viva a tradição e perpetuando-a, em representações simbólicas. Por outro lado, no estudo que desenvolvemos sobre a elite urbana, intelectual e desenraizada, podemos constatar no movimento proto – nacionalista, como os filhos – da – terra partiram em busca de origens longínquas, revisitando a tradição, no teatro e na pintura, na poesia e na imprensa polémica e nativista, denunciadora da aculturação forçada que a assimilação tentou impor.

³³ In *Gran enciclopedia Larousse*, vol. 4, Barcelona, Ed. Planeta, 1974, p. 542.

³⁴ Ver a Secção de História Oral no Arquivo Histórico de Moçambique, onde estão preservados importantes testemunhos, recolhidos por investigadores moçambicanos.

Bibliografia

- ALEXANDRE, Valentim, *O Império Africano: 1825-1890*, vol. X, coord. Valentim Alexandre e Jill Dias, “Nova História da Expansão Portuguesa”, dir. de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, Lisboa, Ed. Estampa, 1998, pp. 119-120;
- AMIN, Samir, “État, Nation, Ethnie et Minorités dans la Crise. Quelques Aspects de la Critique de l’ Ideologie de la Nation et de l’ Ethnie”, in Colóquio Internacional: *A Formação da Nação nos “Cinco”: Angola, Cabo Verde, Guiné – Bissau, e S. Tomé e Príncipe*, Bissau, Ed. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas, 1986
- BRIGSS, Philip, *Guide to Mozambique*, London, 1997.
- BRUSCHI, Sandro, *Campo e Cidades da África Antiga*, Maputo, FAPF, CEDH, UEM, 2001
- CABRAL, A. A. Pereira, *Raças, Usos e Costumes dos Indígenas da Província de Moçambique*, Lourenço Marques, Imprensa Nacional, 1926.
- CABRAL, A., *Dicionário de Nomes geográficos de Moçambique – Sua Origem*, Lourenço Marques, Empresa Moderna, 1975.
- CAHEN, Michel (org), *Bourgs et Villes en Afrique Lusophone*, Paris, L’Harmattan, 1989
- CLARENCE-SMITH, Gervase, *O Terceiro Império Português (1825-1975)*, Lisboa, Teorema, 1990
- COQUERY-VIDROVITCH, Catherine, *Processus d’Urbanisation en Afrique Noire*, Paris, L’Harmattan, 1988 e *Histoire des Villes d’Afrique Noire*, Paris, Albin Michel, 1993.
- DIAS, Jill R., “Photographic Sources for the History of Portuguese – Speaking Africa, 1870-1914”, in Andrew Roberts (ed.), *Photographs as Source for African History*, London, SOAS, 1988, pp. 45-65.
- DIAS, Jorge, e DIAS, Margot, *Os Macondes de Moçambique III – vida social e ritual*, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, 1970.
- DIAS, Saúl, “Glossário toponímico, histórico – administrativo, geográfico e etnográfico [de Moçambique]”, Lisboa, s.ed., 1981.
- DIRECÇÃO DOS SERVIÇOS GEOGRÁFICOS E CADASTRAIS, “Primeira Relação dos Nomes Geográficos da Província de Moçambique” (Portaria n.º 15

- 964, de 19 de Março de 1962), Lourenço Marques, Imprensa Nacional de Moçambique, 1962.
- FELICIANO, José Fialho, *Antropologia Económica dos Thonga do Sul de Moçambique*, Maputo, Arquivo Histórico de Moçambique, 1998.
- FERNANDES, José Manuel e JANEIRO, Maria de Lurdes, “Estruturas urbanas da Expansão Portuguesa em África, até ao Século XIX, uma síntese”, in *UR-Cadernos da Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa*, n.º 5.
- FREUDENTHAL, Aida, FERNANDES, José Manuel e JANEIRO, Maria de Lurdes, *Angola no Século XIX. Cidades, Território e Arquitecturas*, Ilustrada com postais da colecção de João Loureiro, Lisboa, s. ed., 2006.
- Gran enciclopedia Larousse*, vol. 4, Barcelona, Ed. Planeta, 1974.
- GRANJO, Paulo, *Lobolo em Maputo. Um Velho Idioma para Novas Vivências Conjugais*, Porto, Campo das Letras, 2005.
- HOPPE, Fritz, *A África Oriental Portuguesa no Tempo do Marquês de Pombal, 1750-1777*, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1970.
- IGLÉSIAS, Olga “Moçambique”, in SERRÃO, Joel e MARQUES, A. H. de Oliveira, *Nova História da Expansão Portuguesa*, vol. XI – *O Império Africano, 1890-1930*, Lisboa, Ed. Estampa, 2001
- JUNOD, Henri Alexandre, *Uso e Costumes dos Bantos – A vida duma tribo do Sul de África*, Lisboa, Sociedade de Geografia de Lisboa, 1917. (Versão do Inglês por Carlos Bivar.)
- LAPA, Joaquim José e FERRERI, Alfredo Brandão Cró de Castro, *Elementos para um Dicionário Corográfico da Província de Moçambique*, Lisboa, Sociedade de Geografia de Lisboa, 1889.
- LOBATO, Alexandre, *Xilunguine*, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1970.
- MARQUES, A. H. de Oliveira, *História de Portugal*, vol. III, Lisboa, Ed. Presença, 1998, p. 224-225; cfr. ALEXANDRE, Valentim (coord.), *O Império Africano. Séculos XIX e XX*, Lisboa, Ed. Colibri, 2000
- MENDES, Maria Clara, *Maputo Antes da Independência. Geografia de uma Cidade Colonial*, Lisboa, Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, 1979.
- MENDES, Mário José Ferreira, “Apontamentos para o Roteiro dos Monumentos Militares Portugueses”, s.l., Comissão dos Monumentos e Relíquias Históricas, 1947.
- PÉLISSIER, René, *op. cit.*, pp. 247-257.
- PILILÃO, Fernando, “Moçambique. Evolução da Toponímia e da Divisão Territorial, 1974-1987”, Maputo, Divisão Gráfica da Universidade Eduardo Mondlane, 1989.

- RITA-FERREIRA, António, *Povos de Moçambique. História e Cultura*, Porto Afrontamento, 1975.
- ROMANO, Manuel Pedro, “A localização das capitais de Província e de Distritos de Moçambique”, Lourenço Marques, s.ed., 1969.
- SERRA, Carlos (dir.), *História de Moçambique*, vol. I, Maputo, Tempo/UEM, 1988
- TEIXEIRA, Cândido, “A Fundação de Inhambane e a sua Estrutura Administrativa e Governamental nos meados do Século XVIII”, in *Arquivo*, n.º 8, Maputo, 1990.
- VASCONCELOS, Ernesto de, *Dicionário Corográfico da Província de Moçambique*, 1.º Fascículo – *Territórios de Cabo Delgado (Companhia do Nyassa)*, Lisboa, Ministério das Colónias, Comissão de Cartografia, 1919; *Idem*, 2.º Fascículo – *Distrito de Moçambique*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1921; *Idem*, 3.º Fascículo – *Zambézia, Distrito de Quelimane. Distrito de Tete*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1926.

LOURENÇO MARQUES/DELAGOA BAY/MAPUTO**ÁFRICA ORIENTAL****ESTRUTURA GLOBAL:**

ÁREA:	ÍNDICO
REGIÃO:	ÁFRICA ORIENTAL
TIPO GEOGRÁFICO:	CONTINENTE
LOCALIZAÇÃO:	COSTEIRA
SITUAÇÃO:	BALA
IMPLANTAÇÃO:	PANTANO/PRAIA
ORIENTAÇÃO DOMINANTE:	LESTE-OESTE
PERÍMETRO:	ABERTO
FORMA URBS:	RECTANGULAR
MALHA URBANA:	RETÍCULA
COMUNICAÇÃO PRINCIPAL:	MAR
HIERARQUIA NO TERRITÓRIO:	PRINCIPAL

HISTÓRIA URBANA:

POSSE:	CONCESSÃO
FUNÇÃO INICIAL:	COMERCIAL
PRÓMOTOR/FUNDADOR:	ESTADO REI
EXECUTORES (*):	ENGENHEIROS MILITARES
POPULAÇÃO:	COLONOS/ÍNDIG./MIGRANTES
ETNIA/RELIGIÃO:	ANIMISTA/MUÇUL./CRISTÃ
INSERÇÃO ADMINISTRATIVA:	ESTADO DA ÍNDIA
CATEGORIA INICIAL:	FEITORIA
LEGISLAÇÃO:	REGIMENTO de 25.11.1781

CRONOLOGIA:

CONQUISTA:	
PERDA:	1721; 1777; 1796
RECONQUISTA:	1730; 1781; 1796
INSTALAÇÃO DO POVOADO:	1782
ELEVAÇÃO A FREGUESIA:	
ELEVAÇÃO A VILA:	19-12-1876
ELEVAÇÃO A CIDADE:	10-11-1887

PERIODIZAÇÃO:

PERÍODO HENRIQUINO:	
PERÍODO MANUELINO:	CONTACTOS INICIAIS
JOANINO/REGENCIA:	
PERÍODO FILIPINO:	
RESTAURAÇÃO:	
PERÍODO JOANINO:	
PERÍODO POMBALINO:	
MARIANO/LIBERAL:	CONSTRUÇÃO DO PRESIDIO/FEIT
POSTERIOR:	

(*) A. J. ARAUJO/J. J. MACHADO

PERMANÊNCIA URBANÍSTICA:

FORTIFICAÇÕES:	SÉC. XXI
TRAÇADO URBANO:	SÉC. XXI
IGREJAS E CONVENTOS:	SÉC. XXI
PALÁCIOS:	SÉC. XXI
MONUMENTOS:	SÉC. XXI
CASARIO:	SÉC. XXI

Edificada a partir do Presídio litoral (1867-68), com um plano reticulado de Joaquim José Machado (1887), de grande rigor e arejada escala, a cidade desenvolveu-se para o Alto-Maé até 1895 e depois para Maxaquene e Polana até 1925. Durante este período e até décadas depois, a cidade manteve-se fiel ao traçado inicial, ganhando nos anos 60 um novo bairro a nordeste, "Sammerchieid" e uma via circular a norte. A cidade baixa, desenvolvida a partir da Praça 7 de Março/25 de Junho, onde se encontra o forte, rasgou os muros do Presídio, ligando-se através da Av. da República/25 de Setembro com as novas vias do plano de 1887. Neste, os eixos principais constituem as Avs. 24 de Julho e Pinheiro Chagas/Eduardo Mondlane (ligando de Este a Oeste, os bairros de Alto-Maé, Maxaquene e Polana) enquanto no sentido Sul-Norte, as vias principais são as Avs. Manuel de Arriaga/Karl Marx e Augusto Castilho/Lenine, para além da via mais cosmopolita, a Av. Aguiar/D. Luís/Samora Machel, ligando a baixa à alta. Na frente para o oceano Índico, a Av. António Enes/Julius Nyerere protonga-se para os novos bairros.

*Legislação: Dec. n.º 19.11.1876; Dec. de 10.11.1877; ver auto de demarcação definitiva de concelho de LM no B.O. n.º 36, 3.ª série, de 4.9.1940. In "Mapa das povoações criadas até 31-12-1959 e sua situação legal", Direcção de Serviços de Agrimensura, Imprensa nacional de Moçambique, LM, 1960.

ELEMENTOS INTERNOS:

DENSIDADE:	CONCENTRADO
TECIDO URBANO:	HOMOGÉNEO
DIFERENCIAÇÃO DAS ÁREAS:	POR FUNÇÕES
HIERARQUIA URBANA:	UM CENTRO
ARRUAMENTOS:	RECTILÍNEO
ESPAÇO AGREGADOR:	PRAÇA PRINCIPAL
PRAÇA PRINCIPAL-FORMA:	RECTANGULAR
PRAÇA PRINC-LOCALIZAÇÃO:	ABERTAMAR
QUARTEIRÕES-FORMA:	REGULAR
QUARTEIRÕES-DIMENSÃO:	PEQUENA
LOTES-FORMA:	REGULAR
LOTES-DIMENSÃO:	ESTREITO
VOLUMETRIA:	1 PISO
MATERIAIS:	PEDRA; MADEIRA
INFRAESTRUTURAS:	POÇOS DE AGUA; MURALHAS

ELEMENTOS POLARIZADORES:

MATRIZ:	PERIFERIA
COLÉGIO JESUITA:	
CASA DE CÂMARA E CADEIA:	RUA
MISERICÓRDIA/HOSPITAL:	HOSPITAL; PERIFERIA
FRANCISCANOS:	
PALÁCIO DO GOVERNO:	PRAÇA PRINCIPAL
ALFÂNDEGA:	PRAÇA PRINCIPAL
FORTALEZA:	PRAÇA PRINCIPAL
MERCADO:	RUA

LARGO 1-que contém só um elemento LARGO 2 - que contém 2 ou mais elementos

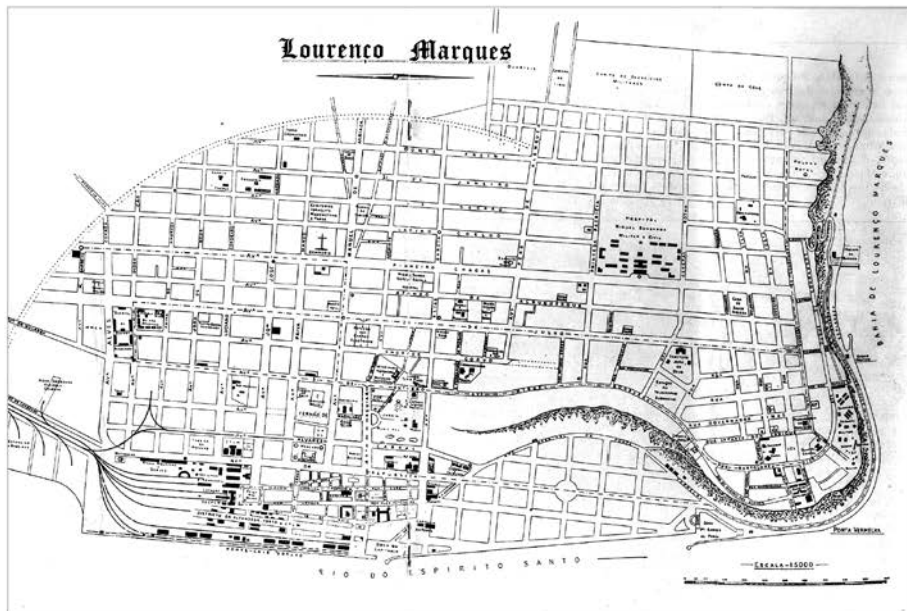
LOBATO, Alexandre, "Lourenço Marques, Xilunguine" Agência Geral do Ultramar, Lisboa, 1970.
MENDES, M.ª Clara, "Maputo Antes da Independência. Geografia de uma Cidade Colonial", Centro de Estudos Geográficos das Universidades de Lisboa, I.N.I.C., Lisboa, 1979.

ÁREA: ÍNDICO
REGIÃO: ÁFRICA ORIENTAL

LOURENÇO MARQUES/DELAGOA BAY/MAPUTO

N.U.

Lourenço Marques



Mapa

Cf. RUFINO, José dos Santos, "Álbuns Fotográficos e Descritivos da Colónia de Moçambique", vol. I, (?)Hamburgo, Broschek & Co, 1929, p. 6. Também em SILVEIRA, estampa 401 (SGL F/82), com a data de 1926, ass. 1925.

Data: 1926

Autor:

Fonte: In "Lourenço Marques e o seu Distrito", Lourenço Marques, Publicação dos Caminhos de Ferro de Lourenço Marques, 1929, pp. 16-7.

JOÃO BELO / XAI-XAI**ÁFRICA ORIENTAL****ESTRUTURA GLOBAL:****HISTÓRIA URBANA:****ELEMENTOS INTERNOS:**

ÁREA:	ÍNDICO
REGIÃO:	ÁFRICA ORIENTAL
TIPO GEOGRÁFICO:	CONTINENTE
LOCALIZAÇÃO:	INTERIOR
SITUAÇÃO:	RIO
IMPLANTAÇÃO:	PRAIÁ
ORIENTAÇÃO DOMINANTE:	NORTE-SUL
PERÍMETRO:	ABERTO
FORMA URBNS:	RECTANGULAR
MALHA URBANA:	RETÍCULA (9)
COMUNICAÇÃO PRINCIPAL:	RIO-MAR
HIERARQUIA NO TERRITÓRIO:	SECUNDÁRIO

POSSE:	
FUNÇÃO INICIAL:	
PROMOTOR/FUNDADOR:	
EXECUTORES (*):	
POPULAÇÃO:	ÍNDIG./BANIANES/MOUROS/PORT
ETNIA/RELIGIÃO:	ANIMISTA-MUÇUL./CRISTÁ
INSERÇÃO ADMINISTRATIVA:	
CATEGORIA INICIAL:	
LEGISLAÇÃO:	PROC. Nº 236 DE 11-12-1897 (6)
CRONOLOGIA:	
CONQUISTA:	
PERDA:	
RECONQUISTA:	
INSTALAÇÃO DO POVOADO:	11-12-1897
ELEVACÃO A FREGUESIA:	
ELEVACÃO A VILA:	27-10-1911
ELEVACÃO A CIDADE:	7-10-1961

DENSIDADE:	
TECIDO URBANO:	
DIFERENCIAÇÃO DAS ÁREAS:	
HIERARQUIA URBANA:	
ARRUAMENTOS:	
ESPAÇO AGREGADOR:	
PRAÇA PRINCIPAL-FORMA:	
PRAÇA PRINC. LOCALIZAÇÃO:	
QUARTEIRÕES-FORMA:	
QUARTEIRÕES-DIMENSAO:	
LOTES-FORMA:	
LOTES-DIMENSAO:	
VOLUMETRIA:	
MATERIAIS:	
INFRAESTRUTURAS:	

PERMANÊNCIA URBANÍSTICA:

FORTIFICAÇÕES:	-
TRAÇADO URBANO:	SÉC. XXI
IGREJAS E CONVENTOS:	-
PALÁCIOS:	-
MONUMENTOS:	-
CASARIO:	SÉC. XXI

PERIODIZAÇÃO:

PERÍODO HENRIQUINO:	
PERÍODO MANUELINO:	
JOANINO/REGENCIA:	
PERÍODO FILIPINO:	
RESTAURAÇÃO:	
PERÍODO JOANINO:	
PERÍODO POMBALINO:	
MARIANO/LIBERAL:	
POSTERIOR:	FUNDAÇÃO

ELEMENTOS POLARIZADORES:

MATRIZ:	
COLÉGIO JESUITA:	
CASA DE CÂMARA E CADELA:	
MISERICÓRDIA/HOSPITAL:	
FRANCISCANOS:	
PALÁCIO DO GOVERNO:	
ALFÂNDEGA:	
FORTALEZA:	
MERCADO:	

(*)

Situa na margem esquerda do rio Limpopo, a 50 km de Inhambane, desenvolveu-se com a ligação em via férrea reduzida com a Rodésia em 1909-12. Foi capital do Distrito de Gaza. Em 1950 tinha 49.000 habitantes a) Planta aprovada por portaria nº 405 de 17-5-1910. Em 1922 passou a denominar-se Vila Nova de Gaza. Em 1928 foi designada Vila de João Belo. b) Proc. nº 36, 268, 430 de 1899; des. de 9-6-1909; foral aprovado pelo dec. nº 2490, de 1-7-1916. In: "Mapa das povoações criadas até 31-12-1959 e sua situação legal", Dir. Serv. de Agrimensura, Informação Nacional de Moçambique, LM, 1960, pp.4,5.

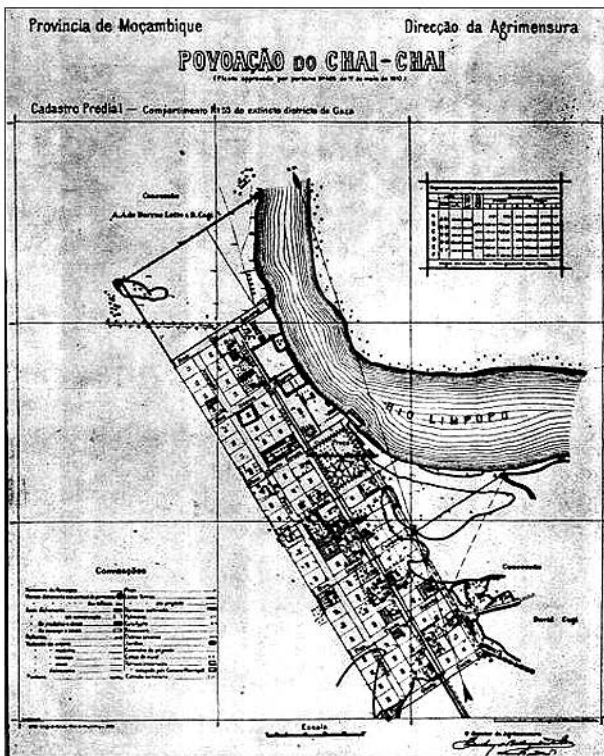
LARGO 1-que contém só um elemento LARGO 2 - que contém 2 ou mais elementos

ÁREA: ÍNDICO
 REGIÃO: ÁFRICA ORIENTAL

JOÃO BELO / XAI-XAI

N.U.

Povoação do Chai-Chai



Direcção dos Serviços de Agrimensura, Província de Moçambique. Cadastro predial.

Mapa

Data: 1910

Autor:

Fonte: J.L.U. Pasta 10, nº 67. In SILVEIRA, Luís, "Ensaio de Iconografia das Cidades do Ultramar", Est. 406, vol. II, Lisboa, Ministério do Ultramar, Junta Inv. Do Ultramar, s/d, p. 254.

INHAMBANE

ÁFRICA ORIENTAL

ESTRUTURA GLOBAL:**HISTÓRIA URBANA:****ELEMENTOS INTERNOS:**

ÁREA:	ÍNDICO
REGIÃO:	ÁFRICA ORIENTAL
TIPO GEOGRÁFICO:	CONTINENTE
LOCALIZAÇÃO:	COSTEIRA
SITUAÇÃO:	BAIA
IMPLANTAÇÃO:	PRAIA
ORIENTAÇÃO DOMINANTE:	NORTE-SUL
PERÍMETRO:	ABERTO
FORMA URBNS:	POLIGONAL
MALHA URBANA:	RETÍCULA
COMUNICAÇÃO PRINCIPAL:	MAR
HIERARQUIA NO TERRITÓRIO:	PRINCIPAL

POSSE:	
FUNÇÃO INICIAL:	COMÉRCIO/DEFESA
PROMOTOR/FUNDADOR:	
EXECUTORES (*):	
POPULAÇÃO:	INDÍG./BANIANES/MOUROS/PORT
ETNIA/RELIGIÃO:	ANIMISTA/MUÇUL./CRISTÃ
INSERÇÃO ADMINISTRATIVA:	
CATEGORIA INICIAL:	
LEGISLAÇÃO:	CARTA RÊGIA de 9-5-1761

DENSIDADE:	
TECIDO URBANO:	
DIFERENCIAÇÃO DAS ÁREAS:	
HIERARQUIA URBANA:	
ARRUAMENTOS:	
ESPAÇO AGREGADOR:	
PRAÇA PRINCIPAL-FORMA:	
PRAÇA PRINC-LOCALIZAÇÃO:	
QUARTEIRÕES-FORMA:	
QUARTEIRÕES-DIMENSAO:	
LOTES-FORMA:	
LOTES-DIMENSAO:	
VOLUMETRIA:	
MATERIAIS:	
INFRAESTRUTURAS:	

CRONOLOGIA:

CONQUISTA:	
PERDA:	
RECONQUISTA:	
INSTALAÇÃO DO POVOADO:	1727-30
ELEVACÃO A FREGUESIA:	
ELEVACÃO A VILA:	1761-64
ELEVACÃO A CIDADE:	1956

PERIODIZAÇÃO:

PERIODO HENRIQUINO:	
PERIODO MANUELINO:	
JOANINO/REGENCIA:	
PERIODO FILIPINO:	
RESTAURAÇÃO:	
PERIODO JOANINO:	
PERIODO POMBALINO:	INSTALAÇÃO (FORTE)
MARIANO/LIBERAL:	DESENVOLVIMENTO (PRAÇA)
POSTERIOR:	

ELEMENTOS POLARIZADORES:

MATRIZ:	
COLÉGIO JESUITA:	
CASA DE CÂMARA E CADELA:	
MISERICÓRDIA/HOSPITAL:	
FRANCISCANOS:	
PALÁCIO DO GOVERNO:	
ALFÂNDEGA:	
FORTALEZA:	
MERCADO:	

PERMANÊNCIA URBANÍSTICA:

FORTIFICAÇÕES:	-
TRAÇADO URBANO:	SÉC. XXI
IGREJAS E CONVENTOS:	SÉC. XXI
PALÁCIOS:	-
MONUMENTOS:	-
CASARIO:	SÉC. XXI

(*)

A cidade foi reconhecida como portuguesa em 1763. A população cristã no final do séc. XVIII era de 200 pessoas. Em 1858 teria 4.000 habitantes, 75% dos quais eram escravos. Em 1928 era já o 3º centro urbano de Moçambique(a). A descrição mais antiga da povoação portuguesa data de 1781, e nota a existência de uma palçada dentro da qual sobressaíam a Igreja, as moradias do capilão e do padre e uma pequena horta (b). No séc. XVIII tinha o forte de S. João da Boavista e a Praça de Nª Sª da Conceição.

a) Ver BRIGSS, Philip, "Guide to Mozambique", London, 1997. b) TEIXEIRA, Cândido, "A Fundação de Inhambane e a sua Estrutura Administrativa e Governamental nos meados do Séc. XVIII". In "Arquivo", nº8, Maputo, 1990, p.18

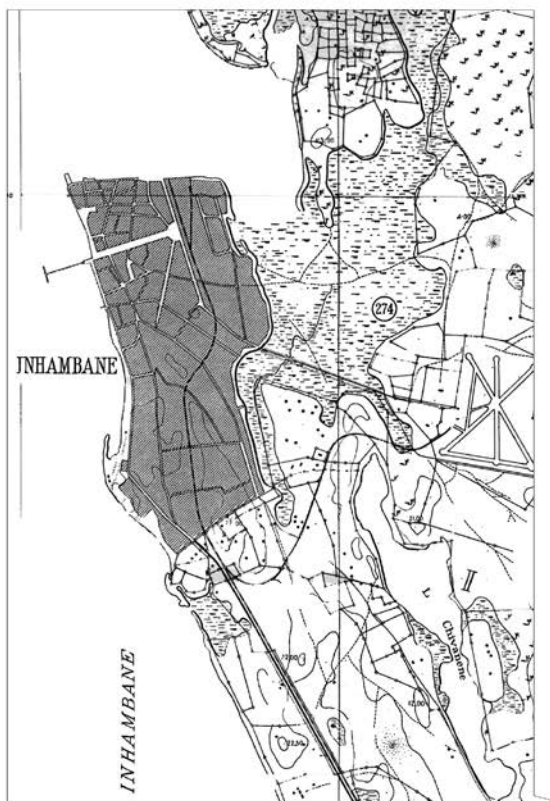
LARGO 1-que contém só um elemento LARGO 2 - que contém 2 ou mais elementos

ÁREA: ÍNDICO
REGIÃO: ÁFRICA ORIENTAL

INHAMBANE

N.U.

Mapa de Inhambane



Mapa

Cartografia elaborada na Direcção dos Serviços de Agrimensura segundo fotografia aérea de 1948, actualizada em 195

Data: 1958

Autor:

Fonte: Arquivo Histórico da Praia, Santiago, Cabo Verde

BEIRA**ÁFRICA ORIENTAL****ESTRUTURA GLOBAL:****HISTÓRIA URBANA:****ELEMENTOS INTERNOS:**

ÁREA:	INDÍCO
REGIÃO:	ÁFRICA ORIENTAL
TIPO GEOGRÁFICO:	CONTINENTE
LOCALIZAÇÃO:	COSTEIRA
SITUAÇÃO:	FOZ
IMPLANTAÇÃO:	PLANTANO/PRAIA
ORIENTAÇÃO DOMINANTE:	NO-SE
PERÍMETRO:	ABERTO
FORMA URBNS:	POLIGONAL
MALHA URBANA:	RETÍCULA
COMUNICAÇÃO PRINCIPAL:	MAR/C.F.
HIERARQUIA NO TERRITÓRIO:	PRINCIPAL

POSSE:	
FUNÇÃO INICIAL:	COMERCIAL (PORTUÁRIA)
PROMOTOR/FUNDADOR:	
EXECUTORES (*):	
POPULAÇÃO:	
ETNIA/RELIGIÃO:	
INSERÇÃO ADMINISTRATIVA:	
CATEGORIA INICIAL:	
LEGISLAÇÃO:	PROC. Nº 303 DE 22-3-1887

DENSIDADE:	CONCENTRADO
TECIDO URBANO:	HOMOGÉNEO
DIFERENCIAÇÃO DAS ÁREAS:	POR FUNÇÕES
HIERARQUIA URBANA:	2 OU MAIS CENTROS
ARRUAMENTOS:	RETILÍNEOS
ESPAÇO AGREGADOR:	PRAÇA PRINCIPAL
PRAÇA PRINCIPAL-FORMA:	REGULAR
PRAÇA PRINCIPAL-LOCALIZAÇÃO:	FECHADA-CENTRAL
QUARTEIROS-FORMA:	REGULAR
QUARTEIROS-DIMENSÃO:	GRANDE
LOTES-FORMA:	REGULAR
LOTES-DIMENSÃO:	LARGO
VOLUMETRIA:	3 OU +PISOS
MATERIAIS:	-
INFRAESTRUTURAS:	C.F./PORTO

CRONOLOGIA:

CONQUISTA:	
PERDA:	
RECONQUISTA:	
INSTALAÇÃO DO POVOADO:	1887
ELEVAÇÃO A FREGUESIA:	
ELEVAÇÃO A VILA:	
ELEVAÇÃO A CIDADE:	1894

PERIODIZAÇÃO:

PERÍODO HENRIQUINO:	
PERÍODO MANUELINO:	
JOANINO/REGÊNCIA:	
PERÍODO FILIPINO:	
RESTAURAÇÃO:	
PERÍODO JOANINO:	
PERÍODO POMBALINO:	
MARIANO/LIBERAL:	
POSTERIOR:	FUNDAÇÃO

ELEMENTOS POLARIZADORES:

MATRIZ:	-
COLEGIO JESUITA:	-
CASA DE CÂMARA E CADEIA:	LARGO 2
MISERICÓRDIA/HOSPITAL:	-
FRANCISCANOS:	-
PALACIO DO GOVERNO:	-
ALFÂNDEGA:	-
FORTALEZA:	-
MERCADO:	-

PERMANÊNCIA URBANÍSTICA:

FORTIFICAÇÕES:	-
TRACADO URBANO:	SÉC. XXI
IGREJAS E CONVENTOS:	-
PALÁCIOS:	-
MONUMENTOS:	-
CASARIO:	SÉC. XXI

(*)

O centro urbano foi implantado em 1887, para escoamento da produção da Rodésia por via ferroviária e marítima. A conclusão da ligação por C.F. com a Rodésia foi em 1896, tendo a construção do porto sido iniciada em 1891 (a). A cidade rapidamente se tornou a segunda de Moçambique, com 20.000 habitantes em 1928, 45.000 em 1960 e 89.000 em 1970. Em 1907 recebeu a sua designação em homenagem ao Príncipe da Beira, herdeiro da Coroa Portuguesa. A cidade é constituída por um conjunto de malhas reticuladas sendo a inicial e do extremo sudoeste e as mais recentes a norte (área da estação de C.F.) e a nascente. Em 1929 houve um plano pelo arqº Rebelo de Andrade, não realizado, e cerca de 1950, outro plano pelo arqº José Porto, que foi seguido. Nos anos de 1900 a Beira era uma cidade com arquitectura de pavilhões de ferro pré-fabricados (e sede da poderosa Companhia de Moçambique) e nos anos de 1940-50 transformou-se numa cidade de arquitectura moderna de betão armado.

a) Ver BRIGGS, Philip, "Guide to Mozambique", London, 1997. Dec.de 19-9-1894, Dec. de 29-6-1907. Proc. nº 8668 de 27-3-1937

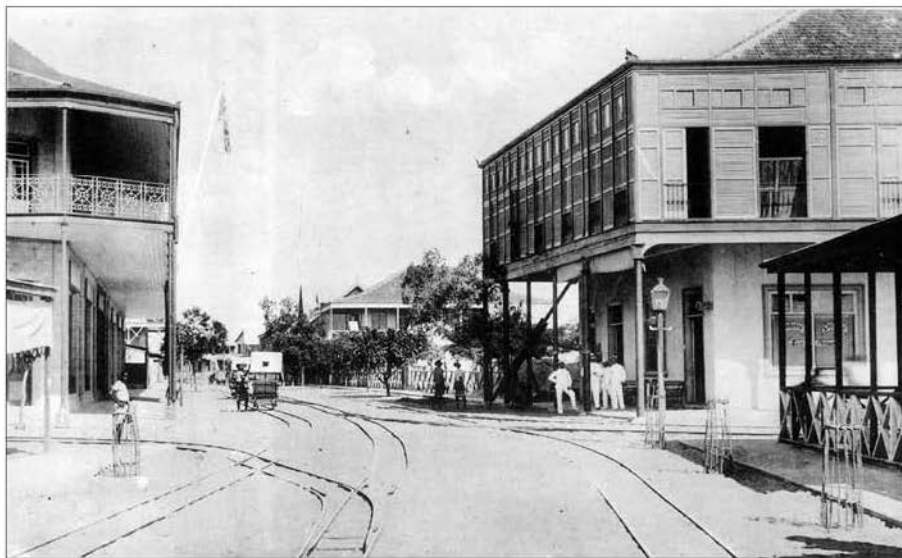
LARGO 1-que contém só um elemento LARGO 2 - que contém 2 ou mais elementos

ÁREA: ÍNDICO
REGIÃO: ÁFRICA ORIENTAL

BEIRA

N.U.

Rua Valsassina.



Fotografia

Data: s/d

Autor: J. & M. LAZARUS

Fonte: LAZARUS, J. & M., "Views of Beira", Lourenço Marques and Beira, s/d.

ILHA DE MOÇAMBIQUE+FORTE S.LOURENÇO**ÁFRICA ORIENTAL****ESTRUTURA GLOBAL:**

ÁREA:	ÍNDICO
REGIÃO:	ÁFRICA ORIENTAL
TIPO GEGRÁFICO:	ILHA COSTEIRA
LOCALIZAÇÃO:	COSTEIRA
SITUAÇÃO:	BALIA
IMPLANTAÇÃO:	PLATAFORMA
ORIENTAÇÃO DOMINANTE:	NORTE
PERÍMETRO:	ABERTO
FORMA URBANA:	IRREGULAR
MALHA URBANA:	LINEAR
COMUNICAÇÃO PRINCIPAL:	MAR
HIERARQUIA NO TERRITÓRIO:	PRINCIPAL

HISTÓRIA URBANA:

POSSE:	CONQUISTA
FUNÇÃO INICIAL:	DEFESA
PROMOTOR/FUNDADOR:	ESTADO/REI
EXECUTORES (*):	
POPULAÇÃO:	MIGRANTES
ETNIA/RELIGIÃO:	CRISTÃO/HINDU/MUÇ./ANIMISTA
INSERÇÃO ADMINISTRATIVA:	ESTADO DA ÍNDIA
CATEGORIA INICIAL:	FEITORIA
LEGISLAÇÃO:	CARTA FORAL DE 1761
CRONOLOGIA:	
CONQUISTA:	
PERDA:	
RECONQUISTA:	
INSTALAÇÃO DO POVOADO:	1302
ELEVAÇÃO A FREGUESIA:	
ELEVAÇÃO A VILA:	1761
ELEVAÇÃO A CIDADE:	1818

PERIODIZAÇÃO:

PERÍODO HENRIQUINO:	
PERÍODO MANUELINO:	CONQUISTA (PRAÇA)
JOANINO/REGENCIA:	
PERÍODO FILIPINO:	
RESTAURAÇÃO:	
PERÍODO JOANINO:	
PERÍODO POMBALINO:	MUNICÍPIO
MARIANO/LIBERAL:	ELEVAÇÃO A CIDADE
POSTERIOR:	

(*) MIGUEL DE ARRUDA, ALVARO FERNANDES

ELEMENTOS INTERNOS:

DENSIDADE:	CONCENTRADO
TECIDO URBANO:	HETEROGÊNEO
DIFERENCIAÇÃO DAS ÁREAS:	POR FUNÇÕES
HIERARQUIA URBANA:	2 OU + CENTROS
ARRUAMENTOS:	SOBRE CAMINHOS
ESPAÇO AGREGADOR:	RUA DIREITA
PRAÇA PRINCIPAL-FORMA:	IRREGULAR
PRAÇA PRINCIPAL-LOCALIZAÇÃO:	ABERTA-MAR
QUARTEIROS-FORMA:	IRREGULAR
QUARTEIROS-DIMENSÃO:	PEQUENO
LOTES-FORMA:	IRREGULAR
LOTES-DIMENSÃO:	ESTREITO
VOLUMETRIA:	1/2 PISOS
MATERIAIS:	PEDRA/MADEIRA
INFRAESTRUTURAS:	CAIS

ELEMENTOS POLARIZADORES:

MATRIZ:	LARGO1
COLÉGIO JESUITA:	LARGO 2
CASA DE CÂMARA E CADELA:	RUA
MISERICÓRDIA/HOSPITAL:	
FRANCISCANOS:	
PALÁCIO DO GOVERNO:	LARGO 2
ALFÂNDEGA:	LARGO 2
FORTALEZA:	PERIFERIA
MERCADO:	

PERMANÊNCIA URBANÍSTICA:

FORTIFICAÇÕES:	SÉC. XXI
TRAÇADO URBANO:	SÉC. XXI
IGREJAS E CONVENTOS:	SÉC. XXI
PALÁCIOS:	SÉC. XXI
MONUMENTOS:	SÉC. XXI
CASARIO:	SÉC. XXI

Antiga capital do território até ao séc. XIX, a povoação-ilha segue o modelo aplicado em todo o Índico de criação de núcleos urbanos fortificados em ilhas costeiras ou baías continentais. A estrutura urbana desenvolve-se desde o forte de S. Sebastião a nordeste, pela rua direita até à praça-cais com a Alfândega, as Igrejas e o Palácio do Governo. Prosseguindo pela rua direita para sudoeste, encontram-se outras igrejas e o largo da Câmara Municipal- ao mesmo tempo que o tecido urbano dá lugar à cidade indiana e depois, no extremo sudoeste, à povoação Indígena.

Carta Régia de 9-5-1761; Carta Régia de 17-9-1818. In: "Mapa das povoações criadas até 31-12-1959 e sua situação legal". Direcção de Serviços de Agrimensura. Imprensa nacional de Moçambique, LM, 1960.

LARGO 1-que contém só um elemento LARGO 2 - que contém 2 ou mais elementos

ÁREA: ÍNDICO
REGIÃO: ÁFRICA ORIENTAL

ILHA DE MOÇAMBIQUE

N.U.

Planta da Ilha de Moçambique



Planta

Data: 1966

Autor: -

Fonte: In LOBATO, Alexandre, "Ilha de Moçambique Panorama Estético", Agência Geral do Ultramar, Lisboa, 1966

QUELIMANE

ÁFRICA ORIENTAL

ESTRUTURA GLOBAL:

ÁREA:	ÍNDICO
REGIÃO:	ÁFRICA ORIENTAL
TIPO GEOGRÁFICO:	CONTINENTE
LOCALIZAÇÃO:	COSTEIRA
SITUAÇÃO:	FOZ
IMPLANTAÇÃO:	MARGEM
ORIENTAÇÃO DOMINANTE:	NO-SE
PERÍMETRO:	ABERTO
FORMA URBAS:	RECTANGULAR
MALHA URBANA:	RETÍCULA
COMUNICAÇÃO PRINCIPAL:	RIO/MAR
HIERARQUIA NO TERRITÓRIO:	PRINCIPAL

HISTÓRIA URBANA:

POSSE:	
FUNÇÃO INICIAL:	COMÉRCIO
PROMOTOR/FUNDADOR:	
EXECUTORES (*):	
POPULAÇÃO:	COLONOS/MOUCOS/ÍNDIGENAS
ETNIA/RELIGIÃO:	CRISTÃO/MUÇULMANA/ANIMISTA
INSERÇÃO ADMINISTRATIVA:	
CATEGORIA INICIAL:	FEITORIA (1544)
LEGISLAÇÃO:	
CRONOLOGIA:	
CONQUISTA:	
PERDA:	
RECONQUISTA:	
INSTALAÇÃO DO POVOADO:	1544
ELEVAÇÃO A FREGUESIA:	
ELEVAÇÃO A VILA:	1763
ELEVAÇÃO A CIDADE:	1942

ELEMENTOS INTERNOS:

DENSIDADE:	CONCENTRADO
TECIDO URBANO:	HOMOGÉNEO
DIFERENCIAÇÃO DAS ÁREAS:	POR FUNÇÕES
HIERARQUIA URBANA:	2 OU + CENTROS
ARRUAMENTOS:	RECTILÍNEOS
ESPAÇO AGREGADOR:	
PRAÇA PRINCIPAL-FORMA:	
PRAÇA PRINCIPAL-LOCALIZAÇÃO:	
QUARTEIRÕES-FORMA:	REGULAR
QUARTEIRÕES-DIMENSAO:	GRANDE
LOTES-FORMA:	REGULAR
LOTES-DIMENSAO:	
VOLUMETRIA:	2/3 PISOS
MATERIAIS:	
INFRAESTRUTURAS:	

PERMANÊNCIA URBANÍSTICA:

FORTIFICAÇÕES:	
TRACADO URBANO:	SÉC. XXI
IGREJAS E CONVENTOS:	SÉC. XXI
PALÁCIOS:	
MONUMENTOS:	
CASARIO:	SÉC. XXI

PERIODIZAÇÃO:

PERÍODO HENRIQUINO:	
PERÍODO MANUELINO:	
JOANINO/REGENCIA:	INSTALAÇÃO
PERÍODO FILIPINO:	
RESTAURAÇÃO:	
PERÍODO JOANINO:	
PERÍODO POMBALINO:	ELEVAÇÃO A VILA
MARIANO/LIBERAL:	
POSTERIOR:	DESENVOLVIMENTO

ELEMENTOS POLARIZADORES:

MATRIZ:	
COLÉGIO JESUITA:	
CASA DE CÂMARA E CADEIA:	
MISERICÓRDIA/HOSPITAL:	
FRANCISCANOS:	
PALÁCIO DO GOVERNO:	
ALFÂNDEGA:	
FORTALEZA:	
MERCADO:	

(*)

Com origem aetacientista, Quelimane desenvolveu-se na fase Pombalina e depois, já no século XX, quando foi elevada a cidade. Era a segunda cidade do território, em 1950, com 64.000 habitantes. David Livingstone foi seu consul britânico honorário, em 1858.

Foral aprovado por dec. de 21-12-1908; P.M. Nº 1 de 28-8-1942. In: "Mapa das povoações criadas até 31-12-1959 e sua situação legal", Direcção de Serviços de Agrimensura, Imprensa nacional de Moçambique, LM, 1960.

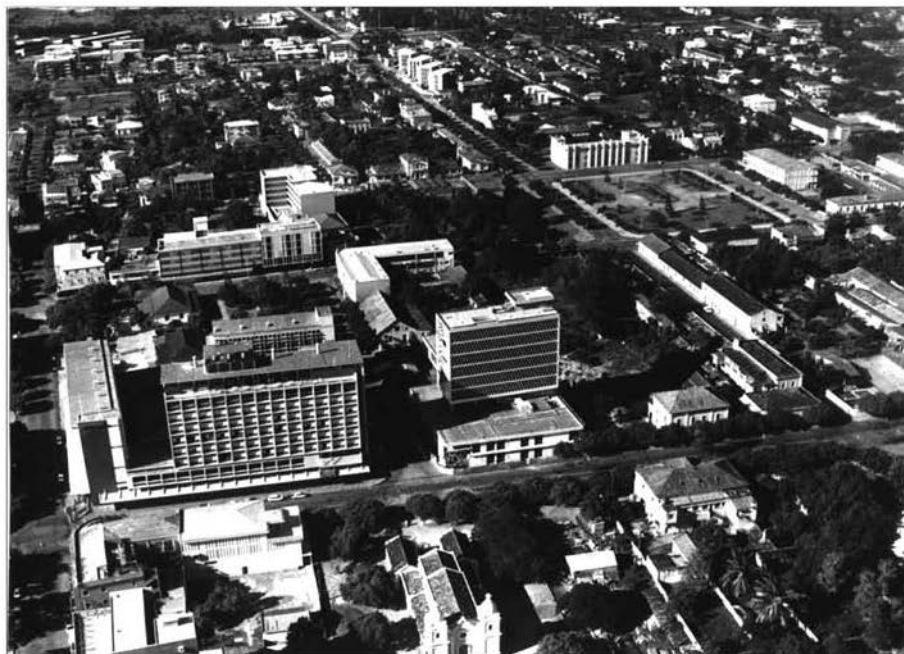
LARGO 1-que contém só um elemento LARGO 2 - que contém 2 ou mais elementos

ÁREA: ÍNDICO
REGIÃO: ÁFRICA ORIENTAL

QUELIMANE

N.U.

Vista Aérea de Quelimane



Fotografia

Data: 1971

Autor:

Fonte: Arquivo Francisco de Castro

TETE**ESTRUTURA GLOBAL:**

ÁREA:	ÍNDICO
REGIÃO:	ÁFRICA ORIENTAL
TIPO GEOGRÁFICO:	CONTINENTE
LOCALIZAÇÃO:	INTERIOR
SITUAÇÃO:	RIO
IMPLANTAÇÃO:	MARGEM
ORIENTAÇÃO DOMINANTE:	SE-NO
PERÍMETRO:	ABERTO
FORMA URBANA:	POLIGONAL
MALHA URBANA:	RETÍCULA
COMUNICAÇÃO PRINCIPAL:	RIO
HIERARQUIA NO TERRITÓRIO:	PRINCIPAL

HISTÓRIA URBANA:

POSSE:	
FUNÇÃO INICIAL:	COMÉRCIO/DEFESA
PROMOTOR/FUNDADOR:	
EXECUTORES (*):	
POPULAÇÃO:	COLONOS PORT./GOESES/MOUR
ETNIA/RELIGIÃO:	CRISTÁ, MUÇULMANA
INSERÇÃO ADMINISTRATIVA:	ESTADO DA ÍNDIA
CATEGORIA INICIAL:	FEITORIA
LEGISLAÇÃO:	
CRONOLOGIA:	
CONQUISTA:	
PERDA:	
RECONQUISTA:	
INSTALAÇÃO DO POVOADO:	1532
ELEVAÇÃO A FREGUESIA:	
ELEVAÇÃO A VILA:	9-5-1761
ELEVAÇÃO A CIDADE:	21-3-1956

ELEMENTOS INTERNOS:

DENSIDADE:	
TECIDO URBANO:	
DIFERENCIAÇÃO DAS ÁREAS:	
HIERARQUIA URBANA:	
ARRUAMENTOS:	
ESPAÇO AGREGADOR:	
PRAÇA PRINCIPAL-FORMA:	
PRAÇA PRINC-LOCALIZAÇÃO:	
QUARTEIRÕES-FORMA:	
QUARTEIRÕES-DIMENSAO:	
LOTES-FORMA:	
LOTES-DIMENSAO:	
VOLUMETRIA:	
MATERIAIS: PEDRA/BARRO AMASSADO/CAL	
INFRAESTRUTURAS: FORTIFICAÇÃO	

PERMANÊNCIA URBANÍSTICA:

FORTIFICAÇÕES:	SÉC. XXI
TRAÇADO URBANO:	-
IGREJAS E CONVENTOS:	SÉC. XXI
PALÁCIOS:	-
MONUMENTOS:	-
CASARIO:	SÉC. XXI

PERIODIZAÇÃO:

PERÍODO HENRIQUINO:	
PERÍODO MANUELINO:	
JOANINO/REGÊNCIA:	INSTALAÇÃO
PERÍODO FILIPINO:	
RESTAURAÇÃO:	
PERÍODO JOANINO:	
PERÍODO POMBALINO:	REINSTALAÇÃO
MARIANO/LIBERAL:	DESENVOLVIMENTO
POSTERIOR:	ELEVAÇÃO A CIDADE

ELEMENTOS POLARIZADORES:

MATRIZ:	
COLÉGIO JESUITA:	
CASA DE CÂMARA E CADELA:	
MISERICÓRDIA/HOSPITAL:	
FRANCISCANOS:	
PALÁCIO DO GOVERNO:	
ALFÂNDEGA:	
FORTALEZA:	
MERCADO:	

(*) Vasco Fernandes Homem Caelano de Melo Castro

A primeira instalação correspondeu ao forte de S. Tiago Maior nos sécs. XVI/XVII. Um novo forte de S. Pedro de Alcântara ou do Carrizado foi executado no séc. XIX. Ponto fulcral na penetração moçambicana para o vale do Zambéze, Tete constituiu-se como centro administrativo e defensivo, confirmado pela Carta Régia pombalina de 9-5-1761, com uma guarnição de cem soldados. Em 1951 tinha 38.000 habitantes.

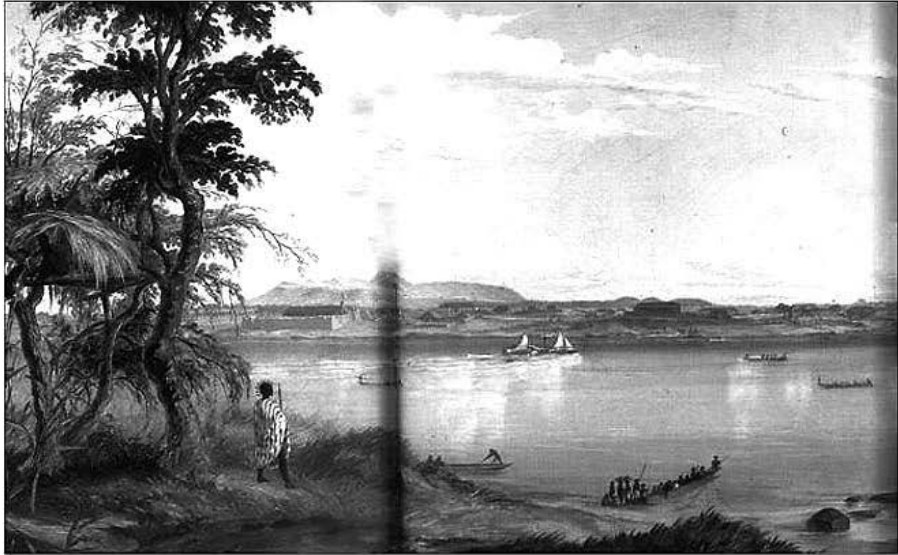
LARGO 1-que contém só um elemento LARGO 2 - que contém 2 ou mais elementos

ÁREA: ÍNDICO
REGIÃO: ÁFRICA ORIENTAL

TETE

N.U.

A cidade de Tete da margem norte do Zambeze



Pintura a óleo

O quadro encontra-se na Royal Geographical Society, cat. Nº 4.6.

Data: 1859

Autor: Thomas Baines

Fonte: Catálogo da exposição "David Livingstone and the Victorian Encounter with Africa", National Portrait Gallery, Londres, 1996

PORTO AMÉLIA / PEMBA

ÁFRICA ORIENTAL

ESTRUTURA GLOBAL:

ÁREA:	ÍNDICO
REGIÃO:	ÁFRICA ORIENTAL
TIPO GEOGRÁFICO:	CONTINENTE
LOCALIZAÇÃO:	COSTEIRA
SITUAÇÃO:	BAIA
IMPLANTAÇÃO:	PROMONTÓRIO
ORIENTAÇÃO DOMINANTE:	NORTE-SUL
PERÍMETRO:	ABERTO
FORMA URBANA:	IRREGULAR
MALHA URBANA:	RECTICULAR
COMUNICAÇÃO PRINCIPAL:	MAR
HIERARQUIA NO TERRITÓRIO:	PRINCIPAL

HISTÓRIA URBANA:

POSSE:	
FUNÇÃO INICIAL:	COMERCIAL/ADMINISTRATIVO
PROMOTOR/FUNDADOR:	PARTICULARES (COMP.NIASSA)
EXECUTORES (*):	
POPULAÇÃO:	PORTUGUESES-ÍNDIGENAS
ETNIA/RELIGIÃO:	CRISTÃ-ANIMISTA
INSERÇÃO ADMINISTRATIVA:	
CATEGORIA INICIAL:	
LEGISLAÇÃO:	
CRONOLOGIA:	
CONQUISTA:	1857
PERDA:	1865
RECONQUISTA:	
INSTALAÇÃO DO POVOADO:	1904
ELEVAÇÃO A FREGUESIA:	
ELEVAÇÃO A VILA:	1899
ELEVAÇÃO A CIDADE:	11-4-1930

PERIODIZAÇÃO:

PERÍODO HENRIQUINO:	
PERÍODO MANUELINO:	
JOANINO/REGENCIA:	
PERÍODO FILIPINO:	
RESTAURAÇÃO:	
PERÍODO JOANINO:	
PERÍODO POMBALINO:	
MARIANO/LIBERAL:	IMPLANTAÇÃO
POSTERIOR:	REIMPLANTAÇÃO-CIDADE

(*)

ELEMENTOS INTERNOS:

DENSIDADE:	CONCENTRADO
TECIDO URBANO:	HOMOGÉNEO
DIFERENCIAÇÃO DAS ÁREAS:	POR FUNÇÕES
HIERARQUIA URBANA:	DOIS OU MAIS CENTROS
ARRUAMENTOS:	IRREGULARES
ESPAÇO AGREGADOR:	RUA
PRAÇA PRINCIPAL-FORMA:	
PRAÇA PRINCIPAL-LOCALIZAÇÃO:	
QUARTEIRÕES-FORMA:	IRREGULAR
QUARTEIRÕES-DIMENSAO:	
LOTES-FORMA:	
LOTES-DIMENSAO:	
VOLUMETRIA:	2-3 PISOS
MATERIAIS:	
INFRAESTRUTURAS:	

ELEMENTOS POLARIZADORES:

MATRIZ:	LARGO 1
COLÉGIO JESUITA:	
CASA DE CÂMARA E CADEIA:	
MISERICÓRDIA/HOSPITAL:	
FRANCISCANOS:	
PALÁCIO DO GOVERNO:	
ALFÂNDEGA:	
FORTALEZA:	
MERCADO:	

PERMANÊNCIA URBANÍSTICA:

FORTIFICAÇÕES:	
TRACADO URBANO:	SÉC.XXI
IGREJAS E CONVENTOS:	
PALÁCIOS:	
MONUMENTOS:	
CASARIO:	SÉC.XXI

Depois de uma primeira tentativa de ocupação para defesa, no quadro da Colônia "8 de Dezembro" de Cabo Delgado, em 1957, seguindo-se à Carta Régia de 22-11-1855, o reduto foi edificado em 1863 e abandonado em 1865. Porto Amélia chegou a elevar-se a vila (por decreto de 30-12-1899). Na verdade, o lugar só tornou a constituir-se como espaço urbano com a sua refundação, pela Companhia do Niassa, em 1904, tendo sido sua sede até que em 1929 o Governo Central decidiu retomar a administração directa da região, efectuada em 1934.

LARGO 1-que contém só um elemento LARGO 2 - que contém 2 ou mais elementos

SILVEIRA, Jonas da, "Porto Amélia", in Moç.Doc.Trim., n.4, 1935

ÁREA: ÍNDICO
REGIÃO: ÁFRICA ORIENTAL

PORTO AMÉLIA / PEMBA

N.U.

Panorama da cidade de Port Amelia - Pemba Bay, A. O. Portuguesa



Postal

Data: ca. 1915

Autor: Editor: J.P. Fernandes

Fonte: LOUREIRO, João, "Memórias de Moçambique", Lisboa, João Loureiro e Associados, Lda., 1997, p. 177.

IBO**ESTRUTURA GLOBAL:**

ÁREA:	INDICO
REGIÃO:	ÁFRICA ORIENTAL
TIPO GEGRÁFICO:	ILHA COSTEIRA
LOCALIZAÇÃO:	COSTEIRA
SITUAÇÃO:	ILHA
IMPLANTAÇÃO:	PRIMA
ORIENTAÇÃO DOMINANTE:	NASCENTE-POENTE
PERÍMETRO:	ABERTO
FORMA URBES:	POLIGONAL
MALHA URBANA:	LINEAR
COMUNICAÇÃO PRINCIPAL:	MAR
HIERARQUIA NO TERRITÓRIO:	SECUNDÁRIA

PERMANÊNCIA URBANÍSTICA:

FORTIFICAÇÕES:	SEC.XXI
TRAÇADO URBANO:	SÉC.XXI
IGREJAS E CONVENTOS:	
PALÁCIOS:	
MONUMENTOS:	
CASARIO:	SÉC.XXI

HISTÓRIA URBANA:

POSSE:	CONQUISTA
FUNÇÃO INICIAL:	DEFESA/COMERCIAL
PROMOTOR/FUNDADOR:	ESTADO
EXECUTORES (*):	
POPULAÇÃO:	PORTUGUESES-INDÍGENAS
ETNIA/RELIGIÃO:	CRISTÁ-ANIMISTA
INSERÇÃO ADMINISTRATIVA:	ESTADO DA INDIA
CATEGORIA INICIAL:	FORTIFICAÇÃO
LEGISLAÇÃO:	
CRONOLOGIA:	
CONQUISTA:	
PERDA:	
RECONQUISTA:	
INSTALAÇÃO DO POVOADO:	
ELEVAÇÃO A FREGUESIA:	
ELEVAÇÃO A VILA:	1763
ELEVAÇÃO A CIDADE:	

PERIODIZAÇÃO:

PERÍODO HENRIQUINO:	
PERÍODO MANUELINO:	
JOANINO/REGÊNCIA:	
PERÍODO FILIPINO:	
RESTAURAÇÃO:	
PERÍODO JOANINO:	
PERÍODO POMBALINO:	ELEVAÇÃO A VILA
MARIANO/LIBERAL:	
POSTERIOR:	DESENVOLVIMENTO

(*)

A povoação do Ibo foi elevada à categoria de vila em 1763. Tinha importantes edifícios públicos, como a fortaleza de S. João Baptista, a alfândega, um forte e uma igreja em honra de Sto. António, escolas e município. Foi sede do governo da Companhia do Niassa, em 1897 até à sua transferência para Porto Amélia, em 1902. A planta de 1884-85, muito detalhada, mostra a existência de um forte (S. João Baptista, a norte, com planta de cinco pontas, de 1791) e de dois fortins (S. José, no centro, e S. António, a nascente). Uma praça ou largo central, frente ao mar, reunia igreja, alfândega, hospital e fortim, enquanto o outro largo incluía a câmara.

1. "A mais importante das ilhas do grupo de Querimba ou de Cabo Delgado, território da Companhia do Niassa. Está situada a cerca de 5 milhas do continente, ao norte da ilha de Quesimba e sul da ilha Matemo, entre 12° 20' e 12° 23' Sul, aproximadamente ... Segundo Lapa e Ferrei, esta ilha tem 5 milhas de comprimento e 3,5 milhas de largura. É 1888: assenta sobre rocha calcária. A sua população quando era sede do governo do distrito de Cabo Delgado, era de 2.400 habitantes. Junto à praia, do lado NW, ergue-se o grande forte de S. João, abaluartado, construído em 1791 pelo capitão - general Aº Manuel de Melo e Castro, com alojamento para 300 praças. No extremo da vila, a SSE, há o forte de Sto. Aº, rectangular, feito a expensas dos moradores em 1847..."

ÁFRICA ORIENTAL**ELEMENTOS INTERNOS:**

DENSIDADE:	CONCENTRADO
TECIDO URBANO:	HOMOGÉNEO
DIFERENCIAÇÃO DAS ÁREAS:	POR FUNÇÕES
HIERARQUIA URBANA:	UM CENTRO
ARRUAMENTOS:	RECTILÍNEOS
ESPAÇO AGREGADOR:	RUA DIREITA
PRAÇA PRINCIPAL-FORMA:	IRREGULAR
PRAÇA PRINC-LOCALIZAÇÃO:	ABERTA (AO MAR)
QUARTEIROS-FORMA:	IRREGULAR
QUARTEIROS-DIMENSÃO:	PEQUENO
LOTES-FORMA:	IRREGULAR
LOTES-DIMENSÃO:	ESTREITO
VOLUMETRIA:	1-2 PISOS
MATERIAIS:	PEDRA, MADEIRA
INFRAESTRUTURAS:	FORTIFICAÇÕES

ELEMENTOS POLARIZADORES:

MATRIZ:	LARGO 2
COLÉGIO JESUITA:	
CASA DE CÂMARA E CADELA:	LARGO 1
MISERICÓRDIA/HOSPITAL:	LARGO 2 (HOSPITAL.)
FRANCISCANOS:	
PALÁCIO DO GOVERNO:	
ALFÂNDEGA:	LARGO 2
FORTALEZA:	CAIS-PORTO/PERIFERIA
MERCADO:	

LARGO 1-que contém só um elemento LARGO 2 - que contém 2 ou mais elementos

1. VASCONCELOS, Ernesto de, "Dicionário Corográfico da Província de Moçambique", Fascículo 1º. - "Territórios de Cabo Delgado (Companhia do Nyassa", Lisboa, Ministério das Colónias, Comissão de Cartografia, 1919, p. 30.

ÁREA: ÍNDICO
REGIÃO: ÁFRICA ORIENTAL

IBO

N.U.

Ibo - África oriental portuguesa / Panorama mostrando Tribunal, Hospital etc.



Postal

Data: Cerca de 1912

Autor:

Fonte: LOUREIRO, João, "Memórias de Moçambique", Lisboa, João Loureiro e Associados, Lda., 1997, p. 181.

